

NEWSLETTER DTIC

Curitiba/PR - 01 de Julho de 2015, Edição 02R1



MISSÃO

Prover o Judiciário Paranaense de soluções tecnológicas efetivas para que cumpra a sua função institucional.

VISÃO

Ser reconhecido pela qualidade de seus serviços e soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.

VALORES

- Transparência
- Justiça
- Ética
- Inovação
- Celeridade
- Eficiência
- Acessibilidade
- Segurança

NOTÍCIAS

Nesta edição a *newsletter* (boletim informativo) é referente à Junho de 2015.

Planejamento Estratégico e Plano Diretor de TIC

P: Como estão o andamento destas atividades no DTIC?

R: Com a assunção da nova Cúpula Diretiva no TJPR (gestão 2015-2017), e as atualizações das diretrizes do CNJ, foi revisado o Planejamento Estratégico Institucional (PEI sexênio 2015-2020), e instituído pela Resolução 138 (23/03/2015). A equipe de planejamento da Assessoria Técnica do DTIC está realizando reuniões periódicas e atualizando o Planejamento Estratégico de TIC - chamado de PETIC. Além dos objetivos estratégicos institucionais e seus respectivos indicadores, estão sendo considerados os objetivos e indicadores estipulados pelo CNJ e demais necessidades da gestão atual. Após revisão deste documento pela diretoria, o mesmo será submetido a apreciação da Supervisão de TIC, representada pelo Desembargador Marcello Gobbo Dalla Dea, e posteriormente a aprovação pelo Órgão Especial deste Tribunal. Na sequência, será atualizado o Plano Diretor do DTIC.

Maiores informações pelo email dtic-planejamento@tjpr.jus.br.

P: sobre a Metodologia de Gestão de Projetos?

R: A documentação está publicada na intranet no endereço: <https://www.tjpr.jus.br/group/quest/projetos/>

P: e as ferramentas de Gestão de Projetos?

R: Link do EPM: <http://projetos.tjpr.jus.br/PWA>. Mais informações via email escritoriodeprojetos@tjpr.jus.br.

O Gladius é outra ferramenta de apoio a gestão (<http://asstec.tjpr.net/gladius>).

Eficiência, Eficácia e Efetividade

Segundo Idalberto Chiavenato:

"A EFICIÊNCIA é uma relação entre custos e benefícios. Assim, a eficiência está voltada para a melhor maneira pela qual as coisas devem ser feitas ou executadas (métodos, relacionada ao nível operacional), a fim de que os recursos sejam aplicados da forma mais racional possível: fazer as coisas DIREITO!"

"A EFICÁCIA é a capacidade de fazer as coisas CERTAS ou de conseguir resultados (não necessariamente da maneira certa). Geralmente está relacionada ao nível gerencial."

O mesmo autor cita ainda o seguinte exemplo relacionado ao futebol: eficiência é jogar futebol com arte, enquanto eficácia é ganhar o jogo. Segundo Peter Drucker "A função do gerente é levar as pessoas a fazer as coisas certas (eficácia), com a maior eficiência possível (menor uso de recursos, tempo, etc)".

E a EFETIVIDADE??

Essa, verifica o impacto das ações, na área pública afere em que medida os resultados de uma ação trazem benefício à população. Busca avaliar os resultados das ações implantadas, verificando os reais benefícios que as ações trarão. Alguns autores, defendem que a efetividade decorre do alcance da eficácia e da eficiência simultaneamente.

Fonte artigo na Internet ([clique aqui](#)).



Ser Eficiente ou Eficaz??
O ideal é ser igualmente eficiente e eficaz!!!

Fale Conosco

Assessoria Técnica do DTIC

(041) 3250-6358

dtic-noticias@tjpr.jus.br

PRINCIPAIS INICIATIVAS NO DEPARTAMENTO

Supervisão Geral de Informática

No dia 30 de junho de 2015 aconteceu a Reunião da Supervisão Geral de Informática e Comunicação. O objetivo da reunião além das necessidades envolvendo a área de Tecnologia, foi iniciar as discussões a respeito das mudanças trazidas pelo Novo Código de Processo Civil aos sistemas de controle de processos. A reunião contou com a presença do Desembargador Clayton Maranhão que foi designado para presidir a Comissão e que vem estudando as modificações que passam a vigorar a partir do dia 17 de março de 2016.

(fonte: Gustavo Malaquias de Paula – secretário da Supervisão Geral de Informática)

Certificação Digital

É uma tecnologia capaz de garantir autenticidade, confidencialidade e integridade às informações eletrônicas. O certificado digital é um documento eletrônico que contém o nome, um número público exclusivo denominado chave pública e muitos outros dados que mostram quem somos para as pessoas e para os sistemas de informação. A certificação digital tem trazido inúmeros benefícios para os cidadãos e para as instituições que a adotam. Um dos principais benefícios, por exemplo, é a possibilidade de assinar digitalmente documentos sem a necessidade da assinatura manuscrita, garantido por mecanismos de criptografia que associam dados do documento em questão com os dados do assinante, sem qualquer possibilidade de repetição. E desde 2001, é reconhecido a validade jurídica dos documentos assinados digitalmente.

Os decretos do TJPR (1884/2014 e 19/2015) normatizam os procedimentos de solicitação e emissão dos certificados digitais neste Tribunal. A Caixa Econômica Federal é autoridade certificadora da cadeia AC-JUS, e que atualmente possui convênio com o TJPR para emitir o certificado do tipo A3. O DTIC tem o papel de controlar as solicitações e renovações, tendo em vista a restrição das quantidades disponíveis no convênio. Atualmente, existem aproximadamente 2300 certificados ativos (entre servidores, magistrados, e desembargadores), possibilitando o uso para assinatura em expedientes administrativos e jurídicos. Também seu uso é obrigatório para o acesso aos sistemas PROJUDI, RENAJUD E INFOJUD. Mais informações sobre Certificados ([clique aqui](#)) ou via Central de Atendimento de Informática do TJPR (3200-4000).

(fonte: Ana Luiza Cassou – Assessoria Técnica)

Conhecimento TÁCITO x Conhecimento EXPLÍCITO

O conhecimento é um patrimônio de qualquer empresa, porém este nem sempre é compartilhado com o restante da estrutura, tornando-se tácito. Com isso as falhas, retrabalhos e custos de treinamento tornam-se grandes empecilhos ao crescimento e faz com que qualquer rotatividade de funcionários afete o andamento das atividades e envolva novos custos para treinamento e integração do novo funcionário à atividade. Conhecimento Explícito é aquele que pode ser articulado em linguagem formal, em afirmações gramaticais, expressões matemáticas, especificações, manuais entre outros, sendo facilmente transmitido, sistematizado e comunicado entre os indivíduos.

“Nós sabemos mais do que podemos contar” (M.Polanyi, 1958) descreve o Conhecimento Tácito como sendo aquele que o indivíduo adquiriu ao longo da vida, pela experiência. Este tipo de conhecimento é difícil de comunicar, pois não se apresenta de uma maneira formal, e seu entendimento é dependente de outras experiências, sistemas de valor, intuições, emoções e crenças que o indivíduo possui. Este conhecimento, somado ao conhecimento explícito, adquirido pela educação formal, compõe um dos maiores patrimônios de um indivíduo. Este patrimônio deve ser disseminado em um efeito multiplicador, fazendo com que erros possam ser evitados e boas decisões possam ser repetidas.

A Divisão de Atendimento a Usuários, nos últimos anos, vem alimentando continuamente uma base de conhecimento que visa aglutinar este conhecimento em relação aos nossos sistemas e recursos, e padronizar os procedimentos em relação a eles. Embora em contínuo processo de atualização e melhoria, esta base está disponível a todos os servidores do DTIC por meio do **sistema SAU**, clicando em “**Soluções**”, ou acessando diretamente pelo endereço: <https://sau.tjpr.jus.br/sau/pesquisaScriptSolucao.do?actionType=inicioPesquisaBaseConhecimento>. Pode-se navegar pelo menu expansível ou através de palavras chaves. Já está disponibilizado um volume bastante significativo de informações e muitas outras estão sendo formatadas para atender à mesma padronização antes de serem publicadas. “**Informação é perecível**” (3ª Lei da Informação). Um dos pontos mais importantes deste projeto é a constante atualização de seu conteúdo e para que isso aconteça é muito importante a participação de todos que possam contribuir para isso. Para tanto, todos os artigos permitem a inserção de comentários, que serão considerados quando de sua atualização periódica. Esta base de conhecimento é um valioso patrimônio de todos nós, vamos ajudar a mantê-la atualizada para que possamos usufruir de seus benefícios.

(fonte: Márcio Mortensen Wanderley – Divisão de Atendimento aos Usuários)

BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD

Comenta-se muito sobre os Sistemas JUD implementados pelos Órgãos de origem em prol da justiça com o objetivo de informações sobre bens e pessoas. Tais Sistemas foram desenvolvidos em parceria do Conselho Nacional de Justiça com os Órgãos envolvidos, ficando a cargo dos Tribunais a adesão mediante assinatura de Termo próprio.

BacenJUD

É um sistema que interliga a Justiça ao Banco Central e às intuições bancárias visando agilizar a solicitação de informações e o envio de ordens judiciais ao Sistema Financeiro Nacional através da internet. Por meio desse sistema, os juízes, com senha previamente cadastrada, preenchem um formulário na internet solicitando as informações necessárias a determinado processo com o objetivo de penhora on line ou outros procedimentos judiciais. A partir daí, a ordem judicial é repassada eletronicamente para os bancos, reduzindo o tempo de tramitação do pedido de informação ou bloqueio e, em consequência, dos processos.

InfoJUD

Resultado de uma parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Receita Federal, o Programa Infojud (Sistema de Informações ao Judiciário) é um serviço oferecido unicamente aos magistrados (e servidores por eles autorizados), que tem como objetivo atender às solicitações feitas pelo Poder Judiciário à Receita Federal. Este sistema substitui o procedimento anterior de fornecimento de informações cadastrais e de cópias de declarações pela Receita Federal, mediante o recebimento prévio de ofícios.

RenaJUD

O Renajud é um sistema on-line de restrição judicial de veículos criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que interliga o Judiciário ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). A ferramenta eletrônica permite consultas e envio, em tempo real, à base de dados do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), de ordens judiciais de restrições de veículos — inclusive registro de penhora — de pessoas condenadas em ações judiciais.

Para solicitação de acesso via gerenciador (dtic – convênios), e-mail (atendimento@tjpr.jus.br) ou central de atendimentos do TJPR ((41) 3200-4000).

(fonte: Luiz Fernando Moletta Alves – Supervisor da Assessoria Técnica)

Banco de Sentenças está separado do Publique-se

A aplicação “Banco de Sentenças” é responsável pelo registro de sentenças para fins de produtividade do Magistrado. Em atividade desde novembro de 2010, conta atualmente com mais de 4 milhões de sentenças registradas. Desde 22 de maio de 2015 a funcionalidade deixou de fazer parte do sistema “Publique-se” e tem até glassfish novo. Com o apoio das equipes da DIS (Banco de Dados e Servidores de Aplicações), a equipe DADSJ conseguiu lograr êxito nessa separação. O “velho-novo” sistema conta também com um módulo do “CKEditor” (criador de documentos) além de concentrar todas as funções antes necessárias ao correto registro de sentenças (autorizador, indexador, assinador, validador). O Banco de Sentenças é atendido pelo glassfish *banco-sentencas-01-prd* e novo servidor de banco de dados *pg08-prd*, visando completa separação do Athos, do Publique-se e do EDJ.

(fonte: Miguel Angelo De Barros Moutinho Neto – Analista de Sistemas DADSJ)

PJe

No dia 17 de junho de 2015, uma equipe do TJPR participou de uma reunião no CNJ sobre “Distribuição de processos no PJe para o 2º Grau de jurisdição ou Órgãos colegiados” no auditório do Tribunal Superior do Trabalho (Brasília/DF). Os temas abordados no encontro foram:

1. Apresentação do módulo de distribuição no PJe;
2. Recebimento e discussão das principais demandas sobre o tema;
3. Colher sugestões de aprimoramento e melhorias no módulo de distribuição.

Participaram do evento Des. Renato Braga Bettega, 1º Vice-Presidente; Des. Marcelo Gobbo Dalla Dea, Supervisor de Tecnologia da Informação e Comunicação; Dr. Rogério Etzel, Juiz-Auxiliar da 1ª Vice-Presidência; Dra. Luciana Tosi Cruz, Diretora do Departamento Judiciário; Maria Inês Levis Costa e Zilei Carolina da Silveira Klain, Analistas de *Sistemas do DTIC*.

(fonte: Maria Inês Levis Costa – Chefe da DLII)

PROJUDI no Workshop Nacional dos GMFs

Apresentação do módulo Execução Penal no Workshop Nacional dos GMFs (Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas) em Brasília/DF nos dias 27 e 28-mai-2015. Um dos objetivos principais foi tratar da futura implantação de um “sistema de execução penal unificado” (SEEU), capaz de facilitar a fiscalização, o monitoramento e a gestão do cumprimento das penas de todos os detentos no Brasil. Na ocasião, foram apresentados pelos Tribunais sistemas eletrônicos de execução penal em funcionamento, dentre eles o Projudi-PR (módulo Execução Penal), recebendo elogios dos participantes pela sua qualidade. A partir deste evento o DTIC recebeu contatos do Ministério Público Federal e do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, interessados na solução.

(fonte: Gustavo Marques – Chefe de Divisão do DADSJ)

PROJUDI - parceria com Escritório Digital (CNJ)

O TJPR foi convidado a participar como parceiro do projeto "Escritório Digital", mantido pelo CNJ, em parceria com a OAB. Por meio deste sistema, em ambiente computacional único, advogados e demais usuários externos do Judiciário poderão consultar e atuar nos processos judiciais, independentemente do Tribunal em que o processo estiver. A integração entre os sistemas se dará utilizando o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), também mantido pelo CNJ. Junto ao sistema Projudi, utilizam o MNI em ambiente de produção o Ministério Público do Paraná, o TRF da 4ª Região e Procuradorias-Gerais de Municípios.

(fonte: Gustavo Marques – Chefe de Divisão do DADSJ)

PROJUDI – novas funcionalidades do sistema

Cadastro de Suspensão de Advogados

A partir de diretivas definidas pela OAB/PR, foi desenvolvido o cadastro de suspensão de advogados, a ser disponibilizado na próxima versão do PROJUDI, prevista para 4 de julho. Advogados que possuem suspensão ativa

estarão automaticamente impedidos de realizar determinadas atividades, tais como enviar petições (incluindo iniciais), cumprir prazos e se habilitar provisoriamente. Este cadastro será mantido pela própria OAB/PR.

Peticionamento inicial pela parte

Foi implementada a faculdade de uma parte que possua certificação digital e prévio cadastro (perfil parte) junto ao sistema, em iniciar um processo em juizados especiais cíveis, tendo sido provocada por determinação do Conselho Nacional de Justiça. Tal funcionalidade a ser disponibilizado na próxima versão do PROJUDI, prevista para 4 de julho.

Depósitos e alvarás judiciais eletrônicos

Encontra-se em andamento projeto de integração com a Caixa Econômica Federal, para que depósitos e alvarás judiciais sejam enviados por meio eletrônico entre as instituições. Este projeto visa proporcionar celeridade, eliminando o trânsito de papéis; qualidade, padronizando procedimentos; confiabilidade, na exatidão das informações e segurança.

Criação de módulo para inspeção judicial

Foi instituído, pela Corregedoria-Geral da Justiça, um grupo de trabalho para o desenvolvimento do módulo de inspeção judicial, envolvendo magistrados e servidores, contando ainda com a participação do DTIC. O objetivo deste projeto é revisar os relatórios de inspeção anuais atuais, e implementá-los em ambiente eletrônico junto ao sistema PROJUDI.

(fonte: Gustavo Marques – Chefe de Divisão do DADSJ)

Distribuidor - Sistema DistProcessual (SDP)

Foi iniciado projeto de integração com o CRA (Central de Remessa de Arquivo), de modo a receber títulos para protesto (Bancos Itaú, Unibanco etc.) por meio eletrônico, agilizando seu cadastro junto ao sistema.

(fonte: Gustavo Marques – Chefe de Divisão do DADSJ)

Serviços para processos físicos de 2º grau

Além do serviço de pré-cadastro de advogados para sustentação oral - mencionado na newsletter anterior, serão disponibilizados também uma nova consulta a processos físicos do 2º grau, desenvolvida para substituir a atual consulta presente no Portal TJPR. Também, há um novo serviço a ser disponibilizado em conjunto: a possibilidade de o advogado se cadastrar (e efetuar sua manutenção) automaticamente para o recebimento de movimentações de processos em 2º grau (Push), não mais necessitando atuação direta do Departamento Judiciário para realizar seu cadastro.

(fonte: Gustavo Marques – Chefe de Divisão do DADSJ)

Serviço para integração de processos físicos de 2º grau com sistema iSTJ

Encontra-se em andamento um projeto, realizado em conjunto com o STJ, no sentido de auxiliar o STJ a atualizar os sistemas GPE/iSTJ, utilizados pelo Tribunal quando da digitalização de recursos (físicos) para envio aos Tribunais superiores.

(fonte: Gustavo Marques – Chefe da Divisão de DADSJ)

Gestão de Prestação Pecuniária

Durante o mês de julho será implantado o projeto que abrange o recolhimento, destinação, liberação, aplicação e prestação de contas e recursos oriundos de prestações pecuniárias decorrentes de penas ou medidas alternativas. Os recursos arrecadados pelas unidades judiciais são revertidos em favor da vítima, Conselho da Comunidade da Comarca ou Foro ou à entidade pública ou privada com finalidade social e sem fim lucrativo que atue preferencialmente em ramos preconizados pela Instrução Normativa Conjunta nº 02/2014 - CGJ/PR e MP/PR. As soluções de TI que foram modificadas para o atendimento deste projeto são o Sistema de Recolhimento de Custas que será o responsável pelo recolhimento, liberação, bloqueios e repasses as entidades e o Sistema PROJUDI que será o responsável em manter a gestão documental dos projetos sociais.

(fonte: Fábio Luis Bruch – Chefe da Divisão de DADSA)

Implantação do Sistema Centro Médico (SCM)

No dia 8 de junho de 2015 foi implantado no Centro de Assistência Médica e Social do TJPR um novo sistema informatizado chamado de Sistema Centro Médico (SCM SEI), para substituir o antigo sistema MED. Desenvolvido por servidores da DADSA, o sistema tem visual gráfico e permite um controle mais efetivo no atendimento médico, odontológico, serviço social, psicológico e serviço de enfermagem, aos servidores, estagiários e terceirizados do Tribunal de Justiça. Todas as informações do antigo sistema MED, foram importadas para o novo sistema, preservando o histórico médico, odontológico, social, psicológico e de enfermagem de todos os pacientes que foram atendidos pelo Centro de Assistência Médica e Social.

(fonte: Maria Esther Aguirra de Moraes – Chefe de Divisão de Atendimento aos Usuários)

Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) baseia-se essencialmente em gerar processos (protocolos) e neles anexar os ofícios, requerimentos, solicitações, etc, permitindo inclusive a assinatura eletrônica destes documentos. Seus benefícios imediatos são a celeridade no trâmite dos expedientes administrativos e a economia de papel. O sistema foi desenvolvido pelo TRF4, e cedido sem custos ao TJPR, porém houve forte atuação da equipe DADSA e DAU para o sucesso da sua implantação em 1º de dezembro de 2014.

Dica: O protocolizado nº 0025040-83.2015.8.16.6000 apresenta uma lista de modelos de requerimentos administrativos que poderão ser utilizados nos pedidos funcionais, respeitando a padronização nos processos. Também foi incluído na base de conhecimento do Sistema SAU algumas orientações sobre a utilização destes modelos:

No SAU acessar o menu “**Soluções**” e pesquisar o texto “SEI favoritos”, ou clicar nos links a seguir:

<https://sau.tjpr.jus.br/sau/pesquisaScriptSolucao.do?actionType=detalharArtigoBaseConhecimento&id=2977>

<https://sau.tjpr.jus.br/sau/pesquisaScriptSolucao.do?actionType=detalharArtigoBaseConhecimento&id=2976>

(fonte: Maria Esther Aguirra de Moraes – Chefe de Divisão de Atendimento aos Usuários)

Atualização das Centrais Telefônicas

Dando continuidade ao processo de atualização das centrais telefônicas, foi instalado no período de 15 a 26 de junho o novo sistema de telefonia da comarca de Ponta Grossa.

(fonte: Rolf Mertens Junior – Chefe de Divisão de Sistemas de Comunicação)

Implantação do novo Firewall

Em 12 de junho foi iniciada uma nova etapa na implantação do firewall com a remoção dos servidores proxys, alterando dessa forma o modelo de regras de acesso à Internet. A fim de validar o modelo proposto, inicialmente essas configurações de proxys apenas serão aplicadas aos usuários das redes 172.18.17.0/24 e 172.18.20.0/24 no qual foram modificadas para receber a nova forma de acesso. O acesso à Internet está sendo disponibilizado da seguinte forma:

- O controle de acesso à Internet é realizado de forma individual.
- Por padrão, estão liberados os acessos para a maioria do conteúdo na Internet, desde que não sejam considerados conteúdos e/ou aplicações maliciosas, ilegais, suspeitas e avaliadas como improdutivas.
- Além disso, com o objetivo de prover segurança ao ambiente do TJPR e priorizar os recursos de acesso à Internet para fins de trabalho, informamos, que **serão bloqueados** os seguintes itens: conteúdo adulto, hacking, malwares, pirataria, aplicações peer-to-peer (P2P), todos os tipos de proxy, download de sites categorizados como suspeitos, games, conexões de VPN alternativas e softwares de gerenciamento remoto não homologados.
- A fim de priorizar o acesso, o DTIC estará apto para realizar gerenciamento de tráfego do acesso à Internet com o objetivo de priorizar o acesso aos sistemas de interesse da instituição.
- Foram criados grupos de bloqueios específicos por categorias de conteúdo.

(fonte: Rolf Mertens Junior – Chefe de Divisão de Sistemas de Comunicação)

Controle de Frotas na DLII

Através da iniciativa de servidores da DLII está sendo possível agilizar o controle da frota de carros e camionetes utilizados pelo DTIC. A versão inicial deste controle foi implementada através da ferramenta MS-Access, mas estão trabalhando (quando possível) numa versão Java Swing/AWT para em breve fazer o upgrade. Além do controle sobre reservas, empréstimo e uso da frota, é possível acompanhar quem realizou as infrações de trânsito, a manutenção dos automóveis, controle do abastecimento e lavagem, e o fornecimento de relatórios mensais para o CETRANS.

(fonte: Jean Paul Bonneville – Divisão de Logística e Infraestrutura de Instalação)

Rede Lógica no Fórum de Londrina

No período de 08 a 19 de junho, técnicos da DLII realizaram a reestruturação da rede lógica do Prédio Antigo do Fórum de Londrina, onde estão instaladas as Varas da Infância e Juventude, Varas Criminais, Núcleo de Assistência Especial a Criança e Adolescente e Gabinetes de Juízes Substitutos. Foram instalados novos racks e swithcs, retiradas de hubs, instalados 73 (setenta e três) novos pontos de lógica, além de organização do cabeamento de rede de lógica e elétrica com a instalação de canaletas.

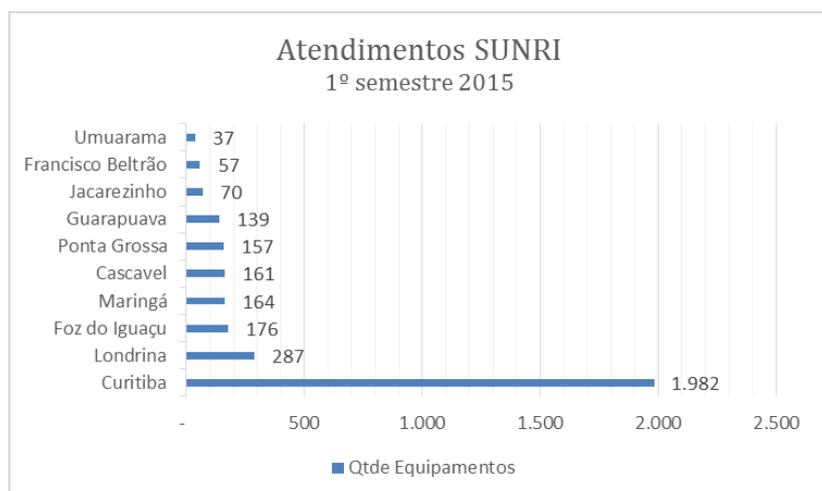
(fonte: Maria Inês Levis Costa – Chefe da DLII)



Atendimentos realizados pela SUNRI

A seguir é apresentado um gráfico com informações do 1º semestre de 2015 sobre atendimentos realizados pela Equipe da SUNRI (capital e regionais), referente a novas instalações, substituições e remanejamentos de equipamentos de informática, totalizando 3230 equipamentos:

(fonte: Fábio de Araújo – Supervisor da Assessoria de Supervisão dos Núcleos Regionais de Informática)



JENKINS – nova funcionalidade nesta ferramenta

Está habilitado no JENKINS (resumidamente é um servidor open-source de Integração Contínua no ambiente de desenvolvimento de software) uma nova funcionalidade para análise estática de código (ver detalhes em <http://deployer-dev.tjpr.net>). Essa ferramenta gera um relatório completo e sugere correções para os "bug patterns" mais conhecidos. Como está integrada ao Jenkins, para cada erro ou sugestão de alteração encontrado haverá uma explicação do problema bem como um link para o código fonte no ponto exato para análise. Basicamente, ela divide os itens encontrados em três níveis de prioridade (alta, normal e baixa) e em diversas categorias (código malicioso, segurança, estilo, performance, má prática, etc). Como é uma ferramenta automática, logicamente haverá falsos positivos, mas vale a pena dar uma boa olhada no relatório periodicamente não só para prevenir os erros mais comuns,

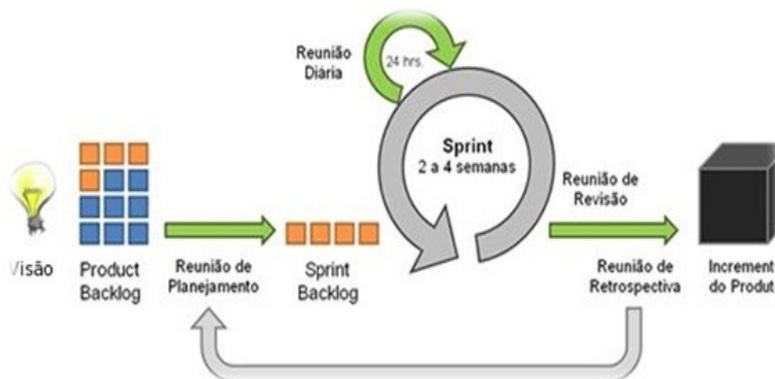
como também, fonte de aprendizado para escrever novos códigos de forma mais robusta. Por enquanto essa ferramenta está gerando o relatório somente em inglês, mas no futuro haverá uma atualização para português. Para acessar a ferramenta, entre na aba “**Continuous Integration**” e selecione o seu projeto. Na sequência, localizado na barra à esquerda haverá um novo item “**FindBugs Warnings**”.

(fonte: Wilson Jose Platner – Chefe da Divisão de Infraestrutura de Software)

O que é Scrum?

SCRUM é um framework ágil de desenvolvimento de software. Aborda como trabalhar em grupo para se obter o objetivo de um projeto com sucesso. Aplicar “*agile*” significa incorporar iteração + planejamento + testes contínuos. Fornecer feedbacks contínuos durante o desenvolvimento – ao invés de no final ao entregar o software total – faz com que o método *Agile* seja muito mais flexível e adaptável.

No SCRUM os projetos são gerenciados pela equipe **scrum** com cargos e responsabilidades claramente definidos. O projeto é dividido em partes, chamado **Sprints**, onde trabalha-se para alcançar objetivos bem definidos. Estes objetivos são representados no **Product Backlog**, uma lista de itens a fazer constantemente atualizada. No final de cada sprint o trabalho definido foi produzido e a equipe se reuniu para revisar, fornecer feedback e planejar novos passos. Isso permite ajustes no final de cada sprint. A figura



ilustra um release no Scrum. Para mais informações, indico assistir ao seguinte vídeo no youtube (<https://youtu.be/vg1S1WYZa6o> aprox. 15 min., e também este <https://youtu.be/6C-dBP-IHV8>) e tire as suas conclusões se poderia ser aplicado no seu cotidiano. As metodologias *Agile* são abordagens populares para desenvolvimento de software e estão cada vez mais sendo usadas em outras áreas.

(fonte: Pablo Tavares – Assessoria Técnica)

MS-OUTLOOK - Reserva de Salas de Reuniões

As convocações para Reuniões, Palestras, Eventos ou demais compromissos podem ficar mais simples com a utilização de alguns recursos no Microsoft Outlook. Na aba “**Página Inicial**” do Outlook (neste caso versão 2013) clique no botão “**Novos Itens**” e “**Reunião**”. Na tela aberta, preencher os campos: o Nome/email dos Participantes, o Assunto, o Local, o Horário de Início e Término, e no corpo do agendamento (opcionalmente) preencher a pauta da reunião ou anexar documentos de apoio. **Dica:** o prédio do DTIC (Rua Álvaro Ramos 157 em Curitiba/PR) possui salas de reuniões e treinamentos que podem ser reservadas eletronicamente. Neste caso, ao lado do campo Local clique no botão “**Salas**” e escolha a sala disponível. Para finalizar, confirme as informações do evento e acompanhe eletronicamente o recebimento das confirmações dos participantes.

(fonte: Pablo Tavares – Assessoria Técnica)

Congressos, Cursos, Workshops, Palestras, Livros, Revistas

☞ Workshop Indicadores e Métricas de Desenvolvimento em TI, 30 e 31/07/2015, Brasília ou 06 e 07/08/2015, Rio de Janeiro. (www.conexxoes.com.br)

☞ Workshop SLA em TI, 10 e 11/09/2015, Brasília ou 24 e 25/09/2015, Rio de Janeiro. (www.conexxoes.com.br)

☞ Recentemente o CEDOC repassou 07 livros e 02 revistas relacionados a tecnologia, disponíveis p/ empréstimo.

Material de apoio ao DTIC (links para documentos, modelos, procedimentos, etc)

☞ Informações gerais sobre o DTIC: [Intranet TJPR > Meus Sites > DTIC restrito > aba WIKI](#).

☞ Newsletters DTIC (anteriores): [Intranet TJPR > Meus Sites > DTIC restrito > aba Newsletter](#).